



## **PRÓ MEMÓRIA** **COMITÊ ODM SANTOS**

Reunião realizada em: **02/03/2015**

### **Pauta:**

- 1- Apresentação do objetivo 8;
- 2 -Projeto de Monitoramento dos Indicadores Sociais do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santos. (Maurício Valente Souto de Castro - SEDURB)
- 3 - Assuntos Gerais.

***Presentes:*** Maria Helena Almeida Santos Paiva – **SEDUC**; Sandra Cunha dos Santos – **SEMAM** ; Rodrigo Salvador Lachi – **SEAS**; Angelo Peres – **SECID**; Mauricio Valente Souto de Castro – **SEDURB**; Dorlan Jorge dos Santos – **SEPORT**; Ana Lucia Silva Pacheco Ramos – **SMS**; Romilda Lorenzo Gomes Timan – **SETUR**; Guilherme Manzano Barbosa – **SEMES**; Débora dos Santos Mandaji – **SESERP**; Ernesto Bechelli – **COHAB**; Rosângela de Assunção Ramos – **SABESP**; Maria Cláudia Ribeiro Faria – **GRTE/SP**; Elza Pereira dos Santos – **COMMULHER**; Eugênia Salgado Granja – **COM-EMPREGO**; Odete Cunha dos Santos – **CMH**; Dalve Manoel Negrão dos Santos – **COMEB**.

***Convidados:*** Ed Carlos Pereira Nascimento/**DEARTI**-Edson Santana do Carmo/**Cruz Vermelha**.

Ed Carlos inicia a reunião falando sobre os informes do Comitê. Justifica o cancelamento da reunião de Fevereiro em virtude da troca de Secretaria e férias dos representantes que ainda apresentarão suas pautas. Informa a todos sobre a troca da representante titular da Saúde, lembrando que na próxima reunião no mês de Abril serão apresentados os objetivos 4, 5 e 6. Em Maio, Ernesto da COHAB falará sobre habitação.

Mauricio Valente, da SEDURB apresenta o objetivo 8; indicadores sociais e fala sobre a regulamentação fundiária. Explica que a ideia inicial da Secretaria é confeccionar um documento com a série histórica de todos os indicadores desse anos.

Rodrigo Salvador, SEAS questiona se é em 2015 que se encerra o prazo para cumprimento da meta, com a apresentação de relatórios.

Ed Carlos responde que o projeto é cumprir a meta antes do segundo semestre e ressalta que deve-se avaliar como e em que momento será feita a assinatura do termo de

adesão. Esclarece que no segundo semestre o ODM (Objetivos do Milênio) será transformado em ODS (Objetivos de desenvolvimento sustentável).

Mauricio, SEDUB disserta sobre o sistema de monitoramento da cidade. Cita o SIG (Sistema Georreferenciado) e o projeto já previsto no Plano Diretor sobre os indicadores. A ideia desse sistema é identificar as tendências de vulnerabilidade. Para isso, será feito um acompanhamento de indicadores específicos, pois os mesmos com o passar do tempo vão alterando-se.

Edson Santana, da Cruz Vermelha interroga se todos os funcionários da Prefeitura tem conhecimento e/ou sabem manipular o SIG.

Mauricio responde que alguns funcionários foram treinados para isso e já existe um projeto para que mais adiante todos tenham esse conhecimento para acesso.

Ainda sobre o trabalho de monitoramento, fala que o acompanhamento sistemático permite ajustes, pois nem tudo nesse processo é previsível por conta dos efeitos transversais.

Ressalta também a importância da reconstituição do GTT.

Edson Santana questiona se existe um período para reavaliação.

Mauricio diz que sim e explica que a mobilidade urbana envolve uma série de aspectos incluindo outras áreas mas nesse caso temos uma área específica. O plano de mobilidade está definindo curtos, médios e longos prazos, considerando como curto o período de 2 anos e meio e longo prazo, 10 anos.

Explana rapidamente sobre indicadores temáticos, insumo, produto, processo e também fala um pouco sobre as dimensões do IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social) que afere o grau de facilidade ou dificuldade de circulação de capital (vide anexo na apresentação).

Mauricio fala que o “calcanhar de Aquiles” de Santos é a concentração de renda pois houve uma evolução visível e a disparidade aumentou.

Rodrigo, SEAS fala que essa informação é muito importante. Lembra que Santos deixou de ser a 17ª na economia e passou a 14ª sendo considerada a 2ª melhor cidade para se viver. Fala sobre a pobreza citando áreas como Dique, Alemoa e morros e a grande dificuldade para levantar indicadores em nível de município.

Mauricio esclarece que o ciclo econômico/capitalista desenvolve fatores de ordem positiva e regressiva também, gerando contradições pois não trata-se de pouca gente e sim um grande contingente (incluindo imigração). Populações que colecionam vulnerabilidade. A consolidação de vulnerabilidade gera ainda mais vulnerabilidade.

Ed Carlos alega que quando se trata de IBGE já existem os indicadores e pergunta em que momento é feita a análise, pois em 90 a situação era diferente de hoje em dia. Cita como exemplos a tuberculose e o *boom* imobiliário.

Mauricio informa que nas diferentes áreas a ideia é sobrepor os dados e indicadores em cima dos dados que o “Senso” nos fornece (utilizando o SIG).

Dalve pergunta qual o procedimento depois de captado o problema.

Mauricio responde que o GTT será formado por membros de todas as Secretarias para providências quando detectado um problema. A questão que ainda não foi definida é se a SEDURB terá acesso ao SIG com todos os módulos disponíveis ou se será criado um módulo específico para o GTT.

Ana Lucia, SMS adverte que Santos é uma cidade que não tem um diagnóstico não favorável sobre mortalidade infantil por conta de gravidez precoce, drogadição e outros fatores. A mortalidade que havia sido reduzida por um período considerável voltou.

Mauricio julga que o boom imobiliário citado pelo Ed Carlos expulsou um contingente da população e aumentou o movimento pendular.

Ed levanta a questão da sustentabilidade e Mauricio diz que o Plano Diretor é enfático nesse ponto.

Sandra Cunha, SEMAM fala em mitigar os impactos, que é um termo mal colocado. Mauricio diz que ainda pior é “compensação”. Quando se fala em meio ambiente isso não pode existir. No geral as novas construções expulsam comunidades inteiras para instalação de fábricas e isso gera um impacto imenso.

Romilda, da SETUR sugere a criação de um observatório para traçar um ideal diagnóstico, transformá-lo em projetos e criar legislações em cima disso. Para tal, o controle social é fundamental.

Edson lembra que quando a comunidade não é envolvida, os projetos não vão adiante.

Mauricio finaliza sua apresentação dizendo que os indicadores que serão monitorados, vão ser definidos pelo GTT.

**PRÓXIMA REUNIÃO : 06 DE ABRIL (DAS 9H ÀS 11H)  
NO DEARTI – Rua XV de Novembro, nº 195 – 3º andar**